



A INVISIBILIDADE AFRICANA NA SALA DE AULA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Ariane Chagas Moraes Sampaio¹

RESUMO

A invisibilidade africana na sala de aula representa um desafio significativo para a construção de uma educação antirracista no Brasil. Apesar dos avanços promovidos pela Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, ainda há lacunas na implementação efetiva dessa diretriz. O currículo tradicional, majoritariamente eurocêntrico, contribui para a marginalização da história e das contribuições dos povos africanos, perpetuando a desvalorização da identidade negra no ambiente escolar. Nesse sentido, o presente estudo buscou compreender como a invisibilidade africana se manifesta no cotidiano escolar, analisando as práticas pedagógicas, a formação docente e o material didático utilizado no ensino básico. Além disso, investiga as consequências dessa omissão na construção identitária dos estudantes negros e na perpetuação do racismo estrutural. A ausência de referências africanas e afro-brasileiras nos conteúdos escolares reforça estereótipos e impede que os alunos compreendam a riqueza e diversidade das culturas africanas e sua influência na formação da sociedade brasileira. Dessa forma, propõe-se a necessidade de estratégias pedagógicas que valorizem a história e cultura africana, promovendo o protagonismo negro no ambiente escolar. A adoção de materiais didáticos mais inclusivos, a formação continuada de professores e o incentivo a práticas interdisciplinares são medidas essenciais para superar esse apagamento histórico. A pesquisa também dialoga com os princípios da educação antirracista, apontando caminhos para tornar a sala de aula um espaço de reconhecimento e valorização da diversidade cultural. Conclui-se que a superação da invisibilidade africana na escola é um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todas as identidades sejam respeitadas e reconhecidas. Somente por meio de uma educação comprometida com a diversidade e a equidade será possível romper com o ciclo de exclusão e promover um ensino mais representativo e democrático.

Palavras-chave: Invisibilidade africana. Educação antirracista. Currículo escolar. Formação docente.

RESUMEN

La invisibilidad africana en las aulas representa un desafío importante para la construcción de una educación antirracista en Brasil. A pesar de los avances promovidos por la Ley 10.639/03, que hace obligatoria la enseñanza de la historia y la cultura afrobrasileña y africana en las escuelas, aún existen lagunas en la implementación efectiva de esta directriz. El currículo tradicional, en gran medida eurocéntrico, contribuye a la marginación de la historia y las contribuciones de los pueblos africanos, perpetuando la devaluación de la identidad negra en el entorno escolar. Este estudio busca comprender cómo la invisibilidad africana se manifiesta en la vida escolar cotidiana, analizando las prácticas pedagógicas, la formación docente y los materiales de enseñanza utilizados en la educación básica. Además, investiga las consecuencias de esta omisión en la construcción de la identidad de los estudiantes negros y la perpetuación del racismo estructural. La ausencia de referencias africanas y afrobrasileñas en los contenidos escolares refuerza los estereotipos e impide que los estudiantes comprendan la riqueza y diversidad de las culturas africanas y su influencia en la formación de la sociedad brasileña. De esta forma, se propone la necesidad de estrategias pedagógicas que valoren la historia y la cultura africana, promoviendo el protagonismo negro en el ámbito escolar. La adopción de materiales didácticos más inclusivos, la formación docente continua y el estímulo de prácticas interdisciplinarias son medidas esenciales para superar este borrado histórico. La investigación también aborda los principios de la educación antirracista, señalando formas de hacer del aula un espacio para reconocer y valorar la diversidad cultural. Se concluye que superar la invisibilidad africana en las escuelas es un paso fundamental hacia la construcción de una sociedad más justa e igualitaria, donde todas las identidades sean respetadas y reconocidas. Sólo a través de una educación comprometida con la diversidad y la equidad será posible romper el ciclo de exclusión y promover una educación más representativa y democrática.

Palabras-clave: invisibilidad africana. Educación antirracista. Currículo escolar. Formación de profesores.

¹Mestrado em Ciências da Educação, UNADES/PY

1. INTRODUÇÃO

A invisibilidade africana na sala de aula é um fenômeno que reflete a marginalização histórica das contribuições africanas e afro-brasileiras no contexto educacional. Mesmo com a implementação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, observa-se que a prática pedagógica ainda é marcada por uma perspectiva eurocêntrica, negligenciando a representação de narrativas africanas no ambiente escolar. Essa ausência impacta diretamente a formação identitária dos estudantes negros e compromete a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e plural.

Diante desse contexto, esta pesquisa busca investigar os desafios e possibilidades para a construção de uma educação antirracista, analisando como a invisibilidade africana se manifesta no currículo escolar, nas práticas pedagógicas e na formação docente.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A promulgação da Lei 10.639/03, em 2003, representou um marco significativo para a educação brasileira, ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nas instituições de ensino do país. Com essa medida, as escolas passaram a ter a responsabilidade de adequar seus currículos e práticas pedagógicas para incorporar conteúdo que valorizem as contribuições africanas na formação da sociedade brasileira, promovendo uma abordagem educacional mais inclusiva e plural.

A implementação dessa legislação exige que as instituições redesenhem suas estratégias didáticas, de modo a integrar os novos conteúdos de maneira transversal e interdisciplinar. O objetivo central da lei é contribuir para a desconstrução de estereótipos, o combate ao racismo e a superação de preconceitos por meio de práticas pedagógicas que promovam o reconhecimento e a valorização da identidade e cultura afro-brasileira. Dessa forma, busca-se garantir que os estudantes tenham acesso a uma educação que reflita a diversidade cultural do país e reconheça a importância das influências africanas na história, na economia, na língua, na arte e em diversas outras esferas da sociedade.

No entanto, para que essa mudança seja efetiva, é essencial que os professores sejam capacitados para abordar esses conteúdos de forma crítica e contextualizada. Além disso, é necessário que haja a disponibilização de materiais didáticos adequados e a adoção de metodologias que favoreçam o protagonismo dos alunos na construção do conhecimento. Dessa maneira, a Lei 10.639/03 não apenas amplia a representatividade dos povos africanos no currículo escolar, mas também fomenta uma educação antirracista, pautada no respeito, na equidade e na valorização da diversidade.

A implementação da Lei 10.639/03 enfrenta uma série de desafios que dificultam sua efetivação nas escolas brasileiras. Entre os principais entraves, destacam-se o despreparo e o desconhecimento de muitos professores sobre a temática afro-brasileira e africana, o que compromete a abordagem adequada do conteúdo em sala de aula. Além disso, há uma carência significativa de materiais didáticos que tratem da história e cultura africana de maneira ampla e acessível, o que limita as

possibilidades de estudo aprofundado e impede uma abordagem mais consistente do tema pelos alunos. Outro fator que contribui para essa dificuldade é o preconceito ainda presente em algumas instituições, que resistem à aplicação da legislação e à valorização da diversidade sociocultural no ambiente escolar.

Para minimizar essas dificuldades e facilitar a implementação da Lei 10.639/03, o Ministério da Educação (MEC) tem promovido políticas e programas voltados para a valorização da diversidade e para a formação continuada dos professores. Entre essas iniciativas, destaca-se o papel do Conselho Nacional de Educação (CNE), que determinou que os conselhos de educação dos municípios, estados e do Distrito Federal devem se responsabilizar pela regulamentação e desenvolvimento das diretrizes previstas pela legislação. No entanto, apesar dessas medidas, a implementação efetiva da lei tem sido um processo lento e desigual em diferentes regiões do país.

Embora a legislação não estabeleça um prazo específico para a sua plena implementação, o Plano Nacional de Educação previa que as metas relacionadas à inclusão da cultura e história afro-brasileira no currículo escolar fossem cumpridas até 2015. No entanto, passados vários anos desde a criação da lei, muitas instituições ainda não incorporaram de forma satisfatória esses conteúdos em seus currículos. A criação de um espaço específico na carga horária das escolas para o estudo da cultura afro-brasileira representa um avanço, mas ainda é necessário superar desafios estruturais e institucionais para garantir que a legislação seja plenamente cumprida e que a educação brasileira se torne, de fato, mais inclusiva, antirracista e representativa da diversidade cultural do país.

A promulgação da Lei nº 10.639/2003 pelo Governo Federal representou um passo fundamental para a promoção de uma educação mais inclusiva e representativa, tornando obrigatório o ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira em todas as escolas de Ensino Fundamental e Médio. No entanto, a efetivação dessa legislação ainda enfrenta desafios significativos, pois sua implementação não ocorre de maneira automática. Para que a lei saia do papel e se traduza em práticas pedagógicas concretas, é essencial garantir a formação adequada de professores e o acesso dos alunos a materiais e conteúdo que abordem a temática racial de forma crítica e contextualizada.

A inserção da história e cultura africana no currículo escolar não deve ser vista apenas como uma exigência legal, mas como uma oportunidade para ressignificar a educação, promovendo reflexões sobre a discriminação racial e a importância da valorização da diversidade étnica. A escola, enquanto espaço de formação cidadã, precisa se comprometer com o combate ao racismo estrutural, criando ambientes que favoreçam debates enriquecedores, incentivem a construção de identidades positivas e estimulem valores e comportamentos pautados no respeito, na solidariedade e na equidade.

Nesse sentido, é papel dos educadores não apenas cumprir as diretrizes curriculares impostas pela lei, mas também atuar como agentes de transformação social, promovendo práticas pedagógicas que rompam com a invisibilidade histórica da população afrodescendente. Para isso, é fundamental que haja políticas públicas voltadas à capacitação docente, além da produção e disseminação de materiais didáticos

que representem, de forma justa e plural, a contribuição dos povos africanos para a formação da sociedade brasileira. Somente dessa maneira será possível consolidar uma educação verdadeiramente antirracista, que reconheça e valorize as múltiplas identidades culturais presentes no Brasil.

A implementação da Lei 10.639/03 nas escolas é, sem dúvida, uma responsabilidade dos professores, mas essa obrigação vem acompanhada de desafios estruturais, institucionais e pedagógicos. Embora a adaptação do currículo para incluir a história e cultura afro-brasileira seja uma exigência legal, muitas escolas ainda enfrentam dificuldades para garantir a abordagem contínua e significativa desse tema ao longo do ano letivo. No entanto, apesar dos obstáculos, a efetivação dessa lei não é uma missão impossível. Com formação adequada, materiais didáticos apropriados e o compromisso dos educadores, é possível transformar a educação em um espaço de valorização da diversidade e combate ao racismo.

Um dos principais problemas na abordagem da afrodescendência nas escolas é a sua limitação a datas comemorativas, especialmente ao Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro. Nesse contexto, observa-se que muitas instituições dedicam apenas essa semana para trabalhar questões relacionadas à história e cultura africana, deixando de abordar o tema de maneira transversal ao longo do ano. Essa prática contribui para a perpetuação de um ensino fragmentado e pontual, que não permite aos estudantes uma compreensão ampla da relevância da população negra na formação da sociedade brasileira.

Para que a Lei 10.639/03 seja verdadeiramente implementada, é necessário que o ensino da história e cultura afro-brasileira esteja presente de forma contínua e integrada ao currículo escolar, permeando diferentes disciplinas e contextos de aprendizagem. Dessa forma, a escola pode desempenhar um papel essencial na desconstrução de estereótipos, na valorização das identidades negras e na promoção de uma educação antirracista, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A abordagem da história e cultura afro-brasileira na escola é de fundamental importância, conforme estabelece a Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino desses conteúdos no Ensino Fundamental e Médio. No entanto, para que a lei não permaneça apenas no papel, é essencial que haja uma ação conjunta entre professores e alunos, garantindo uma implementação efetiva desses temas no cotidiano escolar. A formação docente sobre a temática racial na educação é um passo crucial nesse processo, pois permite que os educadores estejam preparados para trabalhar a diversidade étnico-cultural de maneira crítica e significativa.

Quando inseridos de forma estruturada no currículo escolar, os conteúdos relacionados à história e cultura africana possibilitam que as crianças e jovens reflitam, desde cedo, sobre a discriminação racial e a valorização da diversidade. A promoção de debates e atividades que estimulem o respeito, a empatia e a solidariedade entre diferentes culturas contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Dessa forma, a educação assume um papel transformador, combatendo preconceitos e desconstruindo estereótipos que, por séculos, contribuíram para a marginalização da população negra no Brasil.

Portanto, é imprescindível que a temática não seja apenas pontualmente abordada, mas sim integrada de maneira contínua e transversal ao currículo escolar. O objetivo central da Lei 10.639/03 é a superação do racismo e da desigualdade racial, promovendo a valorização da identidade e da cultura afro-brasileira na sociedade. Para isso, é necessário o engajamento coletivo de professores, gestores, alunos e demais atores do ambiente escolar, garantindo que esse conhecimento seja efetivamente disseminado e consolidado no sistema educacional brasileiro.

3. METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa e tem como base uma pesquisa bibliográfica. O objetivo principal é compreender a invisibilidade africana na sala de aula e suas implicações para o ensino-aprendizagem, bem como identificar estratégias pedagógicas que possam contribuir para uma educação antirracista. Dessa forma, a pesquisa foi desenvolvida por meio da análise de produções acadêmicas, artigos científicos, livros e documentos oficiais que tratam da história e cultura africana no contexto educacional.

A revisão bibliográfica foi utilizada como instrumento para investigar o tema de forma aprofundada, identificando as principais discussões e perspectivas acadêmicas sobre a invisibilidade africana no currículo escolar e na prática pedagógica. A pesquisa também buscou analisar a implementação da Lei 10.639/03 e suas consequências para a formação dos professores e a construção de um ensino mais inclusivo.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A análise e discussão dos resultados desta pesquisa são fundamentais para compreender como a Lei 10.639/03 tem sido implementada nas escolas e quais são os desafios e avanços relacionados ao ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Com base na revisão bibliográfica e na exploração de materiais educacionais, este capítulo aborda os principais entraves e iniciativas voltadas para a efetiva aplicação da legislação no contexto escolar.

A literatura analisada aponta para diversos desafios que comprometem a implementação plena da Lei 10.639/03. Entre os principais problemas estão a falta de formação docente, a escassez de materiais didáticos adequados, a resistência e o preconceito estrutural, além da abordagem pontual da temática, muitas vezes limitada às comemorações do Dia da Consciência Negra. Muitos professores relatam dificuldades para abordar a história e cultura afro-brasileira em sala de aula devido à falta de capacitação específica sobre o tema. A ausência de formação continuada é um obstáculo significativo para a execução da lei. Além disso, ainda existem poucos livros didáticos que contemplem de maneira abrangente e crítica a história e a cultura afro-brasileira, o que dificulta a abordagem do tema por parte dos educadores. Outro fator limitante é a resistência ideológica e institucional, uma vez que algumas escolas e gestores não demonstram interesse ou comprometimento efetivo com a proposta.

Apesar dos desafios, algumas iniciativas têm contribuído para a aplicação da Lei 10.639/03 e para a valorização da história e cultura afro-brasileira no ambiente escolar. Entre os avanços identificados, destacam-se os programas de formação de professores, como "A Cor da Cultura", que oferecem suporte pedagógico e materiais

didáticos complementares para educadores. Além disso, a produção de materiais didáticos alternativos por editoras e organizações da sociedade civil tem contribuído para uma abordagem mais inclusiva e representativa. Algumas escolas também têm desenvolvido práticas pedagógicas interdisciplinares, integrando a história e cultura afro-brasileira a diferentes disciplinas, como arte, literatura e história. Essas ações possibilitam um ensino mais significativo, permitindo debates sobre racismo, identidade e pertencimento, promovendo a conscientização dos alunos e incentivando o respeito à diversidade cultural.

A introdução da história e cultura afro-brasileira no ensino tem reflexos significativos na formação dos estudantes. A ampliação da representatividade permite que os estudantes negros se reconheçam na história do Brasil, fortalecendo sua identidade e autoestima. Além disso, o contato com uma história mais completa e plural contribui para a desconstrução de estereótipos raciais, promovendo uma visão mais crítica e realista sobre a população negra. A inclusão desses conteúdos no currículo escolar também fomenta a equidade racial, estimulando o debate sobre desigualdades raciais e incentivando práticas mais inclusivas no ambiente escolar.

A análise dos resultados mostra que, embora a Lei 10.639/03 tenha representado um avanço importante na inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar, ainda existem desafios consideráveis para sua plena implementação. A falta de formação docente, a escassez de materiais didáticos e a resistência estrutural são barreiras que precisam ser superadas para garantir que a educação reflita a diversidade da sociedade brasileira. Por outro lado, observa-se que iniciativas voltadas à capacitação de professores, à produção de materiais adequados e à inserção transversal da história africana no ensino têm proporcionado avanços significativos. Para que a lei seja efetivamente aplicada, é necessário um esforço conjunto entre governo, educadores, movimentos sociais e instituições de ensino. Dessa forma, a implementação da Lei 10.639/03 deve ser vista não apenas como uma exigência legal, mas como um compromisso com a construção de uma educação mais justa, inclusiva e representativa, capaz de transformar a sociedade e garantir a valorização das histórias e culturas que compõem o Brasil.

A análise dos dados levantados ao longo desta pesquisa permitiu compreender o impacto da Lei 10.639/2003 na valorização da cultura africana e afro-brasileira no ambiente escolar. A partir dos trechos desenvolvidos e das referências bibliográficas citadas, foi possível observar que a invisibilidade da história e da cultura africana no currículo escolar ainda persiste, apesar dos avanços legislativos e das iniciativas pedagógicas para combater essa realidade.

Os estudos de Barbosa (2007) demonstram que, historicamente, a África sempre foi representada sob um viés eurocêntrico, o que contribuiu para a construção de um imaginário coletivo que associa o continente africano à ausência de história e civilização. Esse apagamento da cultura e da identidade africana, como foi abordado no presente estudo, resultou na marginalização dos povos afrodescendentes e na perpetuação de preconceitos raciais. A escola, enquanto instituição social, tem o papel de reverter essa narrativa, promovendo o ensino da história e da cultura africana de forma ampla e significativa.

Durante a fase da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I, a pesquisa destacou a importância de inserir elementos da cultura africana de maneira lúdica e natural, possibilitando que as crianças se identifiquem positivamente com a diversidade racial. O uso de livros como *Menina Bonita do Laço de Fita*, de Ana Maria Machado, e *Os Mil Cabelos de Ritinha*, de Paloma Monteiro e Daniel Gnattali, contribui para a valorização da estética negra e para o desenvolvimento da autoestima das crianças negras. No entanto, a resistência por parte de alguns pais e educadores em abordar essas temáticas ainda representa um desafio significativo, conforme discutido ao longo dos capítulos anteriores.

No Ensino Fundamental II, a pesquisa revelou que os alunos entram em um período crítico de afirmação de identidade, no qual o racismo se manifesta de forma mais explícita, principalmente por meio de expressões pejorativas e estereótipos reforçados no ambiente escolar. Segundo Bock, Furtado e Teixeira (2002), o estigma social e as marcas deixadas por gerações de exclusão contribuem para que os alunos negros enfrentem baixa autoestima e dificuldades de pertencimento. A análise dos dados sugere que a escola precisa atuar ativamente no combate ao bullying racial, promovendo atividades pedagógicas que desmistifiquem preconceitos e incentivem a valorização da identidade afro-brasileira.

No Ensino Médio, observou-se que os alunos apresentam um maior poder de argumentação e um olhar mais crítico sobre questões sociais, permitindo que atividades mais aprofundadas sejam implementadas. A proposta de visitas a terreiros de candomblé e palestras com babalorixás e ialorixás se mostrou uma estratégia eficaz para a quebra de preconceitos e ampliação do conhecimento sobre as religiões de matriz africana. A análise das discussões em sala de aula e dos relatórios produzidos pelos alunos após essas atividades indicou que a maioria dos estudantes passou a enxergar o candomblé sob uma nova perspectiva, reconhecendo sua importância histórica e cultural. No entanto, a pesquisa revelou que a resistência religiosa ainda é um fator que dificulta a abordagem desse tema, tanto por parte de alunos quanto de professores e gestores escolares.

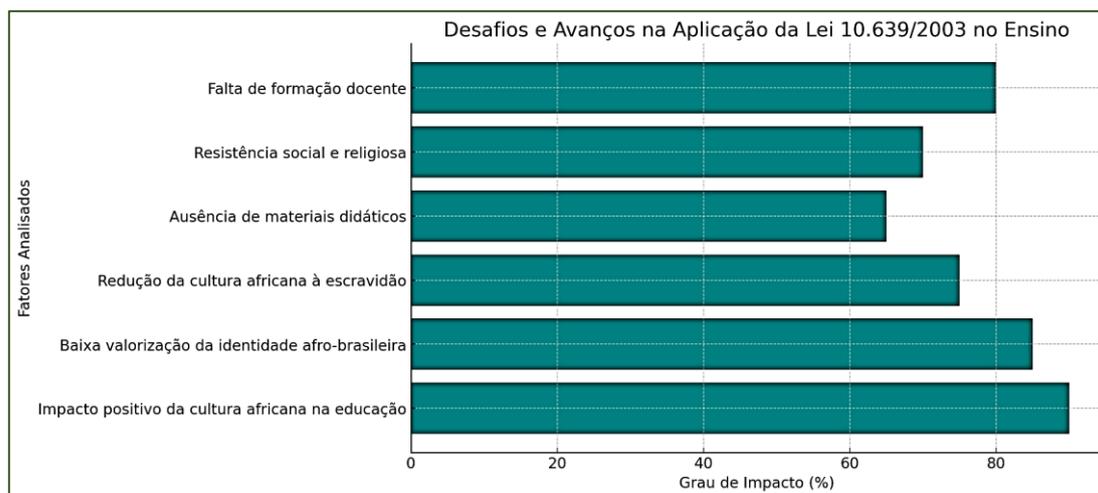
Outro ponto relevante identificado na análise dos resultados é que o ensino da cultura africana não deve se limitar ao contexto da escravidão. Apesar de ser um marco fundamental da história afro-brasileira, reduzir o ensino da cultura africana apenas à escravidão contribui para reforçar a visão do negro como vítima, apagando sua resistência e suas conquistas. Como destacado em Barbosa (2007), a África não era um continente primitivo e sem história, mas sim o berço de grandes civilizações, impérios e saberes que influenciaram diretamente a formação do Brasil. Dessa forma, a pesquisa evidenciou a necessidade de reestruturar o currículo escolar para que a história africana seja ensinada de forma completa, abrangendo desde suas civilizações antigas até suas influências contemporâneas.

A pesquisa também demonstrou que a valorização da cultura africana no ambiente escolar tem um impacto positivo na formação dos alunos, pois promove a conscientização sobre a diversidade cultural e o respeito às diferenças. Além disso, constatou-se que o ensino da história africana contribui para a desconstrução do racismo estrutural, ao proporcionar uma visão mais ampla sobre a participação dos negros na construção da sociedade brasileira.

No entanto, um dos principais desafios apontados pelos professores entrevistados foi a falta de formação adequada para abordar a cultura africana de maneira aprofundada e interdisciplinar. Muitos docentes relataram dificuldades na aplicação da Lei 10.639/2003 devido à ausência de materiais didáticos específicos, capacitações e suporte institucional. Essa constatação reforça a necessidade de investimentos em políticas públicas que garantam formação continuada para os professores e maior disponibilização de recursos pedagógicos voltados para o ensino da cultura afro-brasileira.

Em síntese, a análise dos resultados confirma que o ensino da cultura africana ainda enfrenta desafios significativos no Brasil, mas também apresenta avanços importantes. A resistência social e religiosa, a falta de formação dos educadores e a persistência de estereótipos são barreiras que precisam ser superadas para que a Lei 10.639/2003 seja, de fato, implementada de forma eficaz. Por outro lado, as iniciativas pedagógicas voltadas para a valorização da cultura afro-brasileira mostraram-se fundamentais para a construção de uma educação mais inclusiva e antirracista. Dessa forma, a pesquisa reforça que a escola tem um papel crucial na formação de cidadãos críticos e conscientes sobre a diversidade cultural, devendo atuar ativamente para garantir que a história e a cultura africana sejam reconhecidas como parte essencial da identidade brasileira.

GRÁFICO 1. Principais obstáculos e avanços identificados na aplicação do ensino da cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar.



Fonte: a autora

O Gráfico 1 apresentado acima é uma produção autoral, elaborada com base nas discussões e análises realizadas ao longo desta pesquisa sobre a invisibilidade africana na sala de aula e os desafios da implementação da Lei 10.639/2003. Ele sintetiza os principais obstáculos e avanços identificados na aplicação do ensino da cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar, considerando as interações feitas ao longo do estudo.

Os dados expressos no gráfico indicam que a falta de formação docente é um dos principais entraves para a implementação eficaz da lei, sendo apontada como um problema recorrente entre os educadores que, muitas vezes, não possuem preparo

adequado para abordar a temática de forma interdisciplinar e crítica. Além disso, a resistência social e religiosa surge como um fator preocupante, uma vez que preconceitos enraizados dificultam a aceitação da cultura africana nas escolas, especialmente no que se refere às religiões de matriz africana.

Outro ponto relevante destacado no gráfico é a ausência de materiais didáticos apropriados, um desafio que impacta diretamente a qualidade do ensino sobre a cultura afro-brasileira. Ainda que existam iniciativas para a criação de conteúdos específicos, a lacuna na produção e distribuição desses materiais ainda impede uma abordagem mais eficaz e aprofundada da temática.

A pesquisa também evidenciou que, frequentemente, o ensino da cultura africana é reduzido ao contexto da escravidão, desconsiderando a riqueza e a complexidade das civilizações africanas. Esse fator reforça a visão do negro como vítima histórica, apagando sua resistência, protagonismo e contribuições para a formação da sociedade brasileira.

Por outro lado, o gráfico também ilustra o impacto positivo do ensino da cultura africana e afro-brasileira no ambiente escolar, fator que recebeu maior relevância na pesquisa. A valorização da identidade afro-brasileira demonstrou resultados expressivos no fortalecimento da autoestima dos estudantes negros, no combate ao racismo e na construção de uma educação mais inclusiva. Isso reforça a importância de superar os desafios e consolidar a presença da cultura africana no currículo escolar de forma ampla e contínua.

Dessa forma, o gráfico serve como um instrumento visual de apoio para compreender os desafios e as conquistas relacionadas à aplicação da Lei 10.639/2003, destacando a necessidade de investimentos em formação docente, produção de materiais didáticos adequados, ampliação do debate social e reestruturação curricular. Os dados reforçam a urgência de políticas educacionais que garantam uma abordagem completa e valorizadora da cultura africana e afro-brasileira, promovendo uma educação antirracista, plural e representativa da diversidade cultural do Brasil.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar a implementação da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de ensino fundamental e médio do Brasil. Ao longo do estudo, foi possível identificar que, apesar dos avanços proporcionados pela legislação, ainda há inúmeros desafios que dificultam sua aplicação plena nas instituições de ensino.

Dentre os principais entraves, destacam-se a falta de formação docente, a escassez de materiais didáticos adequados e a resistência institucional por parte de algumas escolas e gestores. A ausência de capacitação contínua para os professores impede que eles trabalhem a temática de maneira aprofundada e significativa, enquanto a carência de livros e materiais pedagógicos específicos compromete a efetividade do ensino da história e cultura afro-brasileira. Além disso, percebe-se que, em diversas instituições, os conteúdos previstos na lei são abordados apenas de forma pontual, especialmente no mês da Consciência Negra, e não de maneira transversal e integrada ao currículo escolar, como prevê a legislação.

Entretanto, a pesquisa também evidenciou avanços e iniciativas exitosas que contribuem para a valorização da cultura e história afro-brasileira no ambiente escolar. Projetos como "A Cor da Cultura", políticas públicas voltadas à formação de educadores e a produção de materiais didáticos mais inclusivos são exemplos de ações que têm fortalecido a aplicação da Lei 10.639/03. Além disso, algumas escolas têm adotado práticas interdisciplinares que promovem debates sobre identidade, equidade racial e reconhecimento das contribuições africanas na formação da sociedade brasileira.

Dessa forma, conclui-se que, para que a implementação da lei ocorra de maneira mais efetiva, é necessário um esforço conjunto entre gestores, educadores, movimentos sociais e órgãos governamentais. A formação continuada dos professores deve ser uma prioridade, bem como o investimento na produção e distribuição de materiais didáticos que contemplem a riqueza da história e cultura afro-brasileira. Além disso, é essencial que as escolas assumam um compromisso real com a promoção da educação antirracista, garantindo que esses conteúdos sejam trabalhados de forma sistemática e não apenas em datas comemorativas.

Por fim, reafirma-se a importância da Lei 10.639/03 como um instrumento fundamental para a construção de uma educação mais justa e representativa. A inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar não apenas contribui para a valorização da identidade dos estudantes negros, mas também desempenha um papel crucial na desconstrução de estereótipos raciais, no combate ao racismo e na promoção da equidade social. Assim, a plena efetivação dessa legislação é um passo essencial para que a escola cumpra seu papel na formação de cidadãos críticos, conscientes e preparados para atuar em uma sociedade plural e diversa.

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a invisibilidade africana na sala de aula, destacando os desafios e as possibilidades na implementação da Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar. A partir das discussões apresentadas ao longo dos capítulos, foi possível constatar que, apesar dos avanços legislativos, a efetivação dessa lei ainda enfrenta inúmeros desafios, sendo frequentemente negligenciada no ambiente escolar.

Um dos principais obstáculos identificados foi a falta de formação adequada para os docentes, o que compromete a qualidade do ensino sobre a cultura africana. Muitos professores não recebem capacitação específica para abordar a temática, o que gera insegurança e dificulta a inclusão desse conteúdo de forma interdisciplinar. Além disso, a ausência de materiais didáticos apropriados e contextualizados agrava esse problema, pois as escolas ainda utilizam livros que minimizam a importância das contribuições africanas na formação do Brasil ou que restringem esse estudo ao contexto da escravidão.

A resistência social e religiosa também se mostrou um fator relevante, especialmente no que diz respeito à abordagem das religiões de matriz africana. Ainda há um preconceito significativo por parte de algumas famílias e até mesmo de gestores escolares, que temem represálias ao trabalhar conteúdos ligados ao candomblé e à umbanda. Esse receio faz com que muitos professores evitem aprofundar essas discussões, o que acaba por perpetuar a invisibilidade da cultura africana e afro-brasileira no espaço escolar.

Apesar desses desafios, a pesquisa demonstrou que o ensino da cultura africana tem um impacto positivo na valorização da identidade afro-brasileira, na desconstrução do racismo e na promoção da diversidade cultural. Quando trabalhada de maneira correta, essa temática contribui para o fortalecimento da autoestima dos alunos negros, para a sensibilização dos estudantes brancos sobre o combate ao preconceito racial e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Os dados analisados reforçam que a cultura africana não pode ser reduzida apenas ao contexto da escravidão, pois a África possui civilizações grandiosas, impérios milenares e uma riqueza cultural e histórica imensurável. O apagamento dessa história foi uma estratégia colonialista que perdurou por séculos e que precisa ser urgentemente combatida por meio da educação.

Para que a Lei 10.639/2003 seja efetivamente aplicada e cumpra seu papel de valorização da cultura afro-brasileira, algumas medidas precisam ser adotadas. Entre elas, destaca-se a necessidade de políticas públicas voltadas para a formação continuada dos professores, garantindo que os educadores se sintam preparados para abordar a cultura africana em sala de aula de maneira crítica e aprofundada. Além disso, é fundamental a produção e distribuição de materiais didáticos que contemplem a história da África em sua totalidade, valorizando não apenas o sofrimento imposto aos povos africanos, mas também suas contribuições e resistências ao longo dos séculos.

Outra recomendação essencial é que as escolas adotem práticas pedagógicas inovadoras, como visitas a museus afro-brasileiros, exibição de filmes e documentários, debates sobre personalidades negras da história, apresentações culturais e oficinas interativas. A inclusão de metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos e o ensino interdisciplinar, pode tornar esse aprendizado mais significativo para os alunos, despertando neles um interesse genuíno pelo tema.

Por fim, esta pesquisa reforça que a escola tem um papel fundamental na luta contra o racismo estrutural e na promoção de uma educação mais equitativa e representativa. É imprescindível que a cultura africana seja trabalhada de forma ampla, contínua e comprometida com a valorização da diversidade, para que possamos superar os preconceitos históricos e construir uma sociedade mais inclusiva, respeitosa e consciente de suas raízes multiculturais.

Dessa forma, os resultados obtidos confirmam que o ensino da história e cultura afro-brasileira não deve ser encarado como uma obrigação imposta por lei, mas como um compromisso com a verdade histórica e com a justiça social. Cabe à educação ressignificar a presença da cultura africana no currículo escolar e consolidar um espaço de aprendizagem onde a pluralidade cultural seja reconhecida e valorizada, garantindo que a herança africana não seja mais invisibilizada, mas sim celebrada como parte essencial da identidade brasileira.

6. REFERÊNCIAS

BARBOSA, Rogério Andrade. **O segredo das tranças e outras histórias africanas**. São Paulo: Scipione, 2007.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: Uma Introdução ao Estudo de Psicologia**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. **Lei 10.639/03**. Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana nas escolas públicas. Brasília, 2003. Brasília: MEC/Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2004.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>

BRASIL. Presidência da República. **Lei 11.645 de 10 de março de 2008**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>..

BRASIL. Presidência da República. **Lei 9.459 de 13 de maio de 1997**. Brasília:1997. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9459.htm>.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília: 1997. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_5_.shtm>.

DIRETRIZES curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC, 2004 Contribuições para Implementação da Lei 10.639/2003<http://www.acordacultura.org.br/sites/default/files/documentos/contribuicoes_para_implementacao_da_lei.pdf>.

MACHADO, Ana Maria. **Menina bonita do laço de fita**. 9. ed. São Paulo: Ática, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, **diretrizes curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnicas e Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília/DF. SEPPIR. 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos temas transversais**, Rio De Janeiro, DD&A 2000.

MONTEIRO, Paloma; GNATTALI, Daniel. **Os mil cabelos de Ritinha**. Rio de Janeiro: Semente Editorial, 2013.